

PROGRAMA DE GOVERNO

Governador: Eduardo Paes

Vice-Governador: Comte Bittencourt

Sumário

1. OBJETIVOS CENTRAIS	3
2. DIRETRIZES.....	4
2.1 DIRETRIZES SETORIAIS	4
SEGURANÇA PÚBLICA.....	4
SAÚDE.....	7
EDUCAÇÃO.....	9
EMPREGO E RENDA.....	11
TRANSPORTES.....	13
MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	14
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS.....	16
CULTURA.....	17
INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	18
DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	19
2.2 RECUPERAÇÃO FINANCEIRA, MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E INTEGRIDADE PÚBLICA	
20	
RECUPERAÇÃO FINANCEIRA	20
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	22
INTEGRIDADE PÚBLICA E TRANSPARÊNCIA	23

1. OBJETIVOS CENTRAIS

- Resolver a grave crise financeira do governo do estado, aumentando gradativamente sua capacidade de investimento e restaurando a dignidade dos servidores por meio do corte de privilégios fiscais, da renegociação da dívida estadual, da modernização da gestão pública e do desenvolvimento de concessões e parcerias.
- Reduzir a violência nas ruas, as mortes nas comunidades, a corrupção na polícia e a abrangência territorial do crime organizado por meio de uma nova estratégia de atuação conjunta das forças armadas com as forças de segurança do estado, sempre sob o comando do governador.
- Recuperar os serviços públicos essenciais de Saúde, Educação e Transportes, voltando a fazer funcionar a infraestrutura e os equipamentos já existentes.
- Garantir maior igualdade de oportunidades para as crianças e os jovens das famílias mais humildes a partir de um aumento na oferta de vagas para a educação infantil, da ampliação do ensino em tempo integral e da implantação de um modelo educacional no ensino médio mais voltado para o ingresso no mercado de trabalho.
- Reduzir os alarmantes níveis de pobreza e indigência no estado por meio de um amplo programa de transferência de renda e da retomada do projeto de restaurantes e farmácias populares.
- Com a redução da violência e a recuperação fiscal do governo estadual, gerar novos postos de trabalho em todo o estado a partir de estímulos às micro e pequenas empresas e de parcerias com o governo federal, a Petrobras e o setor privado com foco em cinco setores: serviços para indústria de petróleo & gás, turismo, cultura & entretenimento, indústria naval e logística.
- Promover um maior equilíbrio nos indicadores de desenvolvimento humano das 8 grandes regiões do estado (Baixadas Litorâneas, Centro-Sul Fluminense, Costa Verde, Médio Paraíba, Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense e Serrana) por meio de acordo de resultados e parcerias de longo prazo do governo do estado e os nossos 92 municípios.
- Melhorar os níveis de transparência das decisões e ações do governo estadual a partir de ampliação de consultas populares e de convênios com o Ministério Público e com instituições independentes como a Transparência Internacional.

2. DIRETRIZES

2.1 DIRETRIZES SETORIAIS

SEGURANÇA PÚBLICA

- Reduzir a violência nas ruas, os roubos e homicídios de forma significativa no primeiro ano de governo por meio da implantação de um novo modelo de patrulhamento territorial e do aumento do efetivo policial destacado para operações de policiamento ostensivo conforme a mancha criminal.
- Reduzir as mortes causadas por confrontos armados a partir de ações de planejamento e de operação adequadas, com utilização de um sistema de inteligência que permita uma ação preventiva e cirúrgica das forças de segurança com o objetivo de minimizar os riscos de enfrentamento.
- Combater a corrupção policial e penitenciária, estabelecendo um sistema de corregedoria independente, ligada diretamente ao governador, com recursos e plano de carreira próprios, coordenada com o Ministério Público e a Polícia Federal.
- Garantir o apoio das Forças Armadas no combate à corrupção policial e penitenciária, na reestruturação das forças de segurança, na dissuasão de confrontos entre facções criminosas quando necessário e na retomada gradual dos territórios dominados pelo crime organizado.
- Implantar o **Trilha do Futuro**, um programa focado no desenvolvimento de jovens entre 14 e 29 anos que agrega políticas públicas transversais conjugando um novo modelo de ensino médio (Ensino Médio do Amanhã), bolsa-auxílio para reter o jovem na escola para jovens em situação de vulnerabilidade social (Poupança Escola), promoção de atividades culturais e desportivas, capacitação para o primeiro emprego e para o mercado de trabalho e uma política reinserção social de jovens infratores.
- Reestruturar os órgãos de segurança pública do Rio de Janeiro a partir de um novo sistema de governança e de gestão com base em indicadores, metas e resultados, revendo procedimentos e processos internos, com planos de formação básica e de capacitação e implementando um efetivo sistema de meritocracia.
- Criar os **Centros de Operações Policiais (C.O.P.)** em todas as regiões do Estado para integrar as atividades das forças de segurança e das polícias, coordenando a vigilância nas

ruas, o patrulhamento tático-ostensivo e as atividades de investigação e elucidação e crimes, a partir de uma coordenação estratégica e integração das operações e das informações. Os COPs regionais serão subordinados ao Comando Geral do COP, com sede na capital e que centralizará as operações de segurança do Estado.

- Instituir a **Força da Paz**, uma força-tarefa de inteligência e operação integrada contra o Crime Organizado, com participação de órgãos como a Polícia Civil, a Receita Federal e a Secretaria de Fazenda, com foco no levantamento e cruzamento de informações, desarticulação e desestruturação financeira das organizações criminosas e na investigação e prisão de membros do crime organizado e colaboração com instituições do sistema de Justiça como o Ministério Público e o Poder Judiciário.
- Combater a impunidade, investindo no esclarecimento de crimes, por meio da criação de equipes de coletas de evidências criminais, do controle de inquéritos relatados e concluídos e dos mandados cumpridos, assim como das prisões realizadas e da adoção de um sistema único de registro de ocorrências integrado entre as forças de segurança.
- Reestruturar o sistema penitenciário do estado, para ampliar as vagas, separar os presos adequadamente e garantir o isolamento implantando medidas de segurança nos presídios como bloqueadores de celular, câmeras de vigilância e um sistema unificado de controle de portaria.
- Reduzir o roubo de cargas e de veículos a partir da implantação de Sistema de Câmeras e Cerco Eletrônico nos principais corredores viários do estado para controle e recuperação de veículos e cargas roubados e para apoio na investigação criminal.
- Estabelecer um planejamento estratégico para segurança, pactuando metas e projetos, formando parcerias e forças-tarefa com instituições do sistema de Justiça (Ministério Público e Poder Judiciário), o governo federal, as forças armadas, prefeituras, sociedade civil, alinhando as ações aos objetivos centrais da política de segurança, de redução da criminalidade e busca da paz.
- Estabelecer protocolos de cooperação e de articulação com os municípios para a garantia da ordem pública, troca de informações e ações integradas que reforcem a implementação da política de segurança.
- Implantar um programa de Prevenção e Proteção das Mulheres Vítimas de Violência com integração das bases de dados, da estruturação de rede e melhoria do atendimento às vítimas no Estado e nos municípios, e também das vítimas de violência a LGBTs, crimes raciais, preconceito religioso e de exploração sexual.

- Implantar um programa de Controle de Armas e Munições, com moderno sistema de informações de balística e de monitoramento das armas, integrado a sistemas de outros estados e do governo federal.
- Ampliar a resiliência e a segurança das comunidades, com ações para reduzir vulnerabilidades a partir da ampliação da capacidade de resposta a emergências fortalecendo o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil. Intensificar o treinamento das comunidades, reforçar as estruturas de contenção de encostas, proteger das chuvas e deslizamentos, e promover a recuperação ambiental em áreas de risco e drenagem.

SAÚDE

- Fortalecer o Sistema Único de Saúde, garantindo o financiamento adequado, com o cumprimento do percentual orçamentário para despesas com a saúde previsto na legislação e assegurar o cofinanciamento para a compra de medicamentos, sobretudo para pacientes crônicos, hipertensos e diabéticos.
- Estabelecer uma equipe de comando, ligada diretamente ao Secretário de Saúde, para garantir uma integração operacional mais efetiva entre os equipamentos públicos de saúde federais, estaduais e municipais, visando reduzir os desequilíbrios regionais, geográficos e funcionais no atendimento à população.
- Fazer uma reformulação completa da estrutura, sistemas e pessoal responsável pela Central de Regulação do Estado para reduzir ociosidades e desequilíbrios e, sobretudo, não permitir processos de "fura fila" demandados por pedidos políticos.
- Liderar e reforçar os instrumentos de gestão regionais dos serviços de saúde para ampliar o atendimento próximo do domicílio das pessoas, evitando a migração desnecessária para as grandes cidades, com atenção aos consórcios de saúde.
- Recuperar a sucateada rede de urgência e emergência (Hospitais, UPA, CER, Prontos Socorros, GSE e SAMU) para resgatar seu importante papel nos momentos críticos e de maior aflição da população.
- Recuperar os serviços públicos de excelência como o Hemório, o Programa Estadual de Transplantes, o Instituto Estadual de Cardiologia, o Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia, Instituto Estadual do Cérebro, RioImagem e o Hospital Pedro Ernesto, aumentando a oferta de serviços à população e reduzindo filas.
- Criar o programa "Cegonha Fluminense", melhorando a rede de cuidado Materno Infantil, o atendimento pré-natal e garantindo um parto seguro. Também implementar as redes de Saúde Mental, Infectologia, Odontologia, Atenção ao Idoso, Renais Crônicos, atendimento a Adolescentes e Crianças.
- Investir nos programas de promoção da saúde, em especial no Programas de Redução de Acidentes de Trânsito e causa externas, Programas de incentivo à atividade física, antitabagismo e alimentação saudável.

- Apoiar os municípios na ampliação da cobertura do Programa de Saúde da Família e melhorar o atendimento dos serviços de Atenção Primária, assim como foi feito recentemente na capital do estado com as Clínicas da Família.
- Ordenar a formação de Recursos Humanos em Saúde, ampliando as vagas de cursos técnicos, graduação, residências e pós-graduações nessa área.
- Implantar um novo processo de gestão e avaliação dos profissionais de saúde do estado (servidores ou celetistas), baseado na meritocracia e em novos mecanismos de supervisão e acompanhamento, que garanta o cumprimento da carga horária, a mensuração do desempenho individual de cada profissional e a qualidade do seu atendimento à população.
- Fortalecer o complexo industrial da saúde utilizando todo seu potencial econômico e social, em parceria com a FIOCRUZ, FAPERJ, IVB, UERJ, UFRJ e UNIRIO.

EDUCAÇÃO

- Aumentar o orçamento da educação, a partir da recuperação financeira do estado, e priorizando o investimento e recursos em educação, saúde e segurança.
- Implementar o Programa **Ensino Médio do Amanhã** um novo conceito de escola mais conectada às novas tecnologias, à linguagem e universo dos jovens, e às necessidades do mercado de trabalho, que desperte o interesse dos alunos no aprendizado, gere oportunidades e evite a cooptação pelo crime organizado ou pelo vício das drogas.
- Estar entre os três melhores IDEB do Ensino Médio no Brasil até 2022 e reduzir o percentual de distorção idade/série da rede pública estadual em 20% no Ensino Médio.
- Estabelecer um programa para recuperar as universidades públicas estaduais e para incorporar as FAETECs ao novo modelo pedagógico do ensino médio, a partir de um modelo *trainee* de desenvolvimento de habilidades e de competências do século XXI para o ingresso no mundo do trabalho.
- Garantir que todas as crianças tenham condições básicas de desenvolver seu potencial, especialmente as de famílias mais humildes, em um programa integrado de Primeira Infância que integre as políticas das áreas de saúde, assistência e educação.
- Estabelecer uma grande parceria com os municípios para ampliar significativamente a oferta de vagas na educação infantil e buscar promover o crescimento do ensino em tempo integral no ensino fundamental do estado.
- Melhorar o plano de cargos e salários dos professores da rede pública estadual, valorizando o corpo docente, e implementar melhorias nas suas condições de trabalho com a introdução de mecanismos de meritocracia que visem melhorar progressivamente o aprendizado dos alunos.
- Replicar o sucesso de boas práticas como o Programas de Intervenção Pedagógica, de Minas Gerais, e Alfabetização na Idade Certa, do Ceará.
- Criar a Escola de Formação de Professores - "Professor do Amanhã" com foco na capacitação e aprimoramento contínuo dos professores das escolas.
- Criar a Academia de Liderança para Diretores - "Líderes Fluminenses da Educação" visando garantir autonomia e melhor capacidade gerencial para as nossas diretoras.
- Reestruturar as a infraestrutura das escolas, os equipamentos e recompor as equipes de pessoal da rede educacional.
- Criar o Programa "Jovem do Mundo", para reforçar o ensino de inglês para os jovens da rede estadual com o objetivo de prepará-los para o mercado de trabalho internacionalizado, além

de desenvolver um programa de intercâmbio com outras redes estaduais e com outros países para estimular a troca de experiências entre os jovens.

EMPREGO E RENDA

- Estabelecer um diálogo permanente com o Governo Federal e a Petrobras para garantir a execução do plano de investimentos da empresa previstos para o Estado do Rio de Janeiro (US\$ 30 bilhões entre 2018 e 2023) que vai garantir a retomada das obras do COMPERJ em Itaboraí, o estabelecimento da infraestrutura para o desenvolvimento do pré-sal, o reinvestimento nos poços maduros da Bacia de Campos e o reaquecimento da indústria naval e do mercado de serviços para indústria de Petróleo & Gás.
- Revisar detalhadamente a política de incentivos fiscais no Estado, direcionando-a a cadeias produtivas estratégicas (indústria de Petróleo & Gás, turismo, cultura & entretenimento, indústria naval e logística), garantindo novos mecanismos de transparência, análise e avaliação de resultados dos incentivos, sobretudo em relação à geração de emprego e renda dentro do estado.
- Criar um amplo programa de PPPs e concessões para elevar investimentos e expandir e modernizar a infraestrutura estadual, como em transporte e em saneamento, para gerar novos postos de trabalho e simultaneamente, fortalecer a ação das agências reguladoras e de fomento visando reduzir os riscos jurídico-institucionais de contratos de longo prazo com o governo do estado.
- Retomar os programas voltados ao empreendedorismo e à inovação por meio de parcerias com o setor privado e as universidades – desenvolver núcleos de empreendedorismo e inovação de acordo com as vocações econômicas de cada região do estado.
- Implementar um novo programa de capacitação e treinamento profissional em parceria com o Governo Federal e o Sistema S para melhorar as perspectivas de emprego das pessoas que estão sem trabalho e cujo nível de renda familiar seja inferior a cinco salários mínimos.
- Promover e facilitar o desenvolvimento da indústria 4.0: sensores e atuadores, internet das coisas, big data, robótica, automação, inteligência artificial, computação em nuvem, telefonia sem fio, sistemas integrados de gestão, manufatura aditiva e novos materiais.
- Reestruturar a AGE-Rio para incorporar funções de captadora e promotora de investimentos e do ambiente de negócios no Estado do Rio.

- Melhorar o ambiente de negócios no Estado a partir da adoção das melhores práticas implantadas em outros estados e da criação de um escritório de licenciamento único e da unificação dos órgãos responsáveis pela atração de novos investimentos no estado.
- Fortalecer o ecossistema de inovação do estado (universidades, aceleradoras, incubadoras e parques tecnológicos) para nos consolidarmos como principal *hub* sul-americano de pesquisa e desenvolvimento de soluções para cinco setores estratégicos (Petróleo e Gás, Cultura & Entretenimento, Indústria Naval, Logística e Turismo).

TRANSPORTES

- Ampliar a integração do sistema para que trens, metrô, BRT, barcas e VLT sejam os principais modos de deslocamento na região metropolitana.
- Implantar o transporte de alta capacidade no leste metropolitano para garantir a redução significativa do tempo de viagem entre os municípios de Itaboraí, São Gonçalo, Maricá e Niterói, como também o deslocamento de seus moradores ao Centro do Rio, com conforto, rapidez e baixo custo.
- Recuperada a capacidade financeira do Estado, deve-se expandir a malha metroviária, de forma a aumentar sua capacidade e melhorar seu atendimento.
- Aumentar a utilização da malha ferroviária e melhorar sua qualidade, objetivando chegar aos padrões de serviço de metrô e ampliar sua performance através do combate a seus gargalos, como a falta de segurança e acessibilidade nos trens, nas estações e seus arredores, bem como melhorar a integração física e tarifária com outros modais.
- Cerca de 1/3 dos vagões do sistema de trens será exclusivo das mulheres no horário de pico.
- Reformular o Bilhete Único intermunicipal, tornando-o mais barato e priorizando a integração entre trens, metrô, BRT, Barcas e VLT a partir da licitação das linhas de ônibus intermunicipais.
- Implantar um novo marco regulatório no sistema de ônibus, baseado em um novo Bilhete Único Intermunicipal e na integração com a rede estrutural, transferindo as atribuições do DETRO para a Agência Reguladora de Transportes (AGETRANSP), despolitizando as indicações dos seus conselheiros, garantindo sua independência e o aprimoramento de sua capacidade técnica.
- Implantar os mecanismos institucionais para a efetiva gestão e integração das questões metropolitanas.
- Reestruturar o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), modernizando sua gestão e implementando novo sistemas e métodos para garantir um eficaz sistema de conservação e gestão das rodovias estaduais.
- Buscar investimentos para a recuperação e ampliação das malhas rodoviária e ferroviária no estado através de parcerias com o Governo Federal, iniciativa privada e concessões.

MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

- Coordenar diretamente as ações do Governo do Estado e dos municípios do entorno da Baía de Guanabara para uma recuperação acelerada da Baía, incluindo saneamento, ocupação urbana e a gestão dos recursos naturais. Estimular parcerias com instituições para produzirem conhecimento sobre a Baía de Guanabara, como o mapeamento ambiental e promover ações de sustentabilidade, despoluição e proteção da cobertura vegetal e da vida animal.
- A expansão do saneamento exige grandes investimentos. O atual modelo está esgotado e a crise fiscal dificulta o financiamento pelo orçamento público. Há experiências de êxito no Brasil e no Mundo a partir da concessão de serviços públicos e de parcerias público-privadas. Não é necessária a privatização da CEDAE, mas sim sua modernização com foco em resultados e valorizando a meritocracia. Cada localidade possui características particulares e não há solução única. Serão estudados e implementados modelos para acelerar o saneamento no Estado.
- Priorizar a expansão do saneamento na Baixada Fluminense e em São Gonçalo, onde é possível levar água e esgoto para 5 milhões de pessoas. Criar programa de preservação de recursos hídricos voltado para a redução do desperdício e da contaminação da água.
- Erradicar os lixões no Estado do Rio de Janeiro, a partir da adoção de tecnologias ambientalmente adequadas de gestão de resíduos e apoiar os municípios a fazerem uma administração adequada conforme as boas práticas e a instrução da legislação ambiental. A formação e apoio a consórcios intermunicipais está entre os instrumentos a serem utilizados para tratamento e ampliação da reciclagem de lixo.
- Modernizar a administração das unidades de conservação e dos parques estaduais, ampliando recursos e utilizando tecnologias inovadoras de planejamento e de gestão ambiental; estimular a formação de parcerias como setor privado para a revitalizar e equipar as unidades; intensificar a coordenação com o governo federal e municipal para a proteção do patrimônio ambiental no Estado do Rio. Promover corredores ecológicos conectando áreas de proteção ambiental, valorizando os biomas e proporcionando o deslocamento de animais e a ampliação da cobertura de vegetação nativa.
- Valorizar o patrimônio ambiental a partir do estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) para aumentar o replantio da cobertura vegetal. Trabalhar com os produtores rurais e a indústria florestal para promover o desenvolvimento econômico e a recuperação de pastos degradados.
- Promover o desenvolvimento da economia verde e buscar a redução das emissões de gases do efeito estufa. Estimular atividades econômicas com menor impacto ambiental e incentivar matrizes energéticas renováveis como eólica e solar.

- Implantar políticas públicas para a proteção, defesa e bem-estar dos animais, em coordenação com os municípios.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

- Implementar o Cartão Família Fluminense, como instrumento de redistribuição de renda no Estado do Rio de Janeiro e ampliação da renda para as famílias em situação de extrema pobreza.
- Implementar o Programa Poupança Escola, de ajuda financeira para incentivar jovens de famílias em situação de vulnerabilidade a frequentarem o ensino médio, e contribuir para a geração de renda, de oportunidades e auxiliar o ingresso dos jovens no mercado de trabalho.
- Ampliar a oferta e melhorar o serviço dos restaurantes populares do Estado do Rio de Janeiro, como forma de prover alimentação digna para as parcelas mais carentes do território.
- Estruturar um amplo programa de ações de inclusão socioproductiva, através de parcerias com Sebrae, Sesi, Senai, Sesc e Senac, para a oferta de cursos para formação para o trabalho para populações em situação de vulnerabilidade social.
- Ampliar as políticas e ações para redução da desigualdade racial e de gênero, além de fortalecer os instrumentos para garantia dos direitos para a população LGBT.

CULTURA

- Reposicionar o papel do patrimônio artístico e cultural no desenvolvimento econômico e na agenda pública.
- Promover as sinergias entre a cultura, o turismo, com prioridade na geração de emprego e renda, incrementando o papel transversal da cultura junto às diferentes funções de governo.
- Fomentar a força produtiva dos setores criativos, com foco no incremento das cadeias produtivas das artes, da cultura, do lazer, do entretenimento e do turismo, contribuindo para diversificar as matrizes econômicas do Estado.
- Melhorar o ambiente de negócios para os segmentos das artes, cultura, lazer e entretenimento, visando ampliar o seu potencial de geração de trabalho, emprego e renda.
- Criar o programa Ações Locais e Territórios de Cultura, garantindo recursos da lei de incentivo e fomento direto pra as diversas linguagens, manifestações e modos de produção culturais nas favelas, periferias e territórios populares.
- Fortalecer iniciativas que promovam e qualifiquem o uso instrumental da cultura na promoção dos direitos sociais e humanos, combate às desigualdades e preconceitos de gênero, raça, identidade e a intolerância religiosa, bem como promovam a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência e idosos.
- Desburocratizar e ampliar o fomento das atividades culturais, aprimorando os editais de fomento, com prioridade para o atendimento às áreas mais desassistidas do Estado.
- Recuperar e modernizar a gestão dos equipamentos culturais do Governo do Estado do Rio, através de investimentos na infraestrutura e adoção de modelos de gestão que desenvolvam parcerias e potencialidades com organizações privadas e da sociedade civil.
- Fomentar iniciativas culturais que contribuam para estimular a inclusão produtiva, a mobilidade social e o repertório cultural e criativo da juventude popular.

INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- Recuperar e resgatar as universidades estaduais (UERJ, UEZO, UENF) consolidando seu papel no ensino, pesquisa e extensão no Estado do Rio de Janeiro.
- Coordenar os programas de recuperação das universidades com ampla participação e interlocução com a comunidade universitária.
- Valorizar o corpo docente das universidades estaduais, investindo em sua capacitação continuada, bem como criar mecanismos e instrumentos que garantam que os docentes possam desenvolver de forma digna as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Ampliar a eficiência na gestão das universidades estaduais, para buscar o melhor uso dos recursos financeiros.
- Ampliar as receitas através da oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* e realização em projetos de extensão junto aos setores público e privado, para reinvestimento nas universidades.
- Reestabelecer os programas e projetos de fomento da FAPERJ, de modo a garantir o investimento em ciência, tecnologia e inovação no Estado do Rio de Janeiro com compromisso na produção de pesquisa acadêmica voltada aos setores produtivos e ao desenvolvimento de patentes.
- Fortalecer o ecossistema de inovação do Estado do Rio de Janeiro através de parcerias com iniciativa privada, universidades, aceleradoras, incubadoras e parques tecnológicos, incentivando a inovação de forma alinhada com as vocações econômicas regionais.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Potencializar vocações e desenvolver soluções e políticas públicas específicas para as cada uma das oito regiões do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que há grande diversidade e características particulares de desenvolvimento econômico, social, cultural e política nas diferentes localidades.
- Priorizar o enfrentamento dos enormes desafios de desenvolvimento da Baixada Fluminense e do Leste Metropolitano de segurança, saúde, mobilidade, saneamento, habitação social e elevação da qualidade de vida na região metropolitana, reduzindo a disparidade social.
- Deve-se implementar um ente ou instituição metropolitana para coordenar os esforços de planejamento urbano na região metropolitana, para tratar de aspectos como mobilidade urbana e saneamento.
- Concluir o arco metropolitano para melhorar a logística do escoamento de carga e melhorar o tráfego nas vias estruturais da região metropolitana.
- O Governo do Estado deve coordenar a governança para gerar um ambiente econômico favorável ao aumento dos investimentos, sejam estes públicos ou privados, que gerem mais empregos e bem-estar social para as populações das regiões.
- Implementar uma gestão regional integrada de valorização do meio ambiente e do patrimônio ambiental, protegendo e qualificando os biomas locais e os recursos naturais disponíveis.
- Identificar as vocações regionais e criar um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico local, para aumentar a geração de emprego por meio das centralidades econômicas vocacionadas de cada região.
- Promover um pacto estadual pela melhoria dos níveis educacionais, diminuindo as assimetrias existentes, em parceria com os municípios.
- Fortalecer os sistemas de saúde regionais, de forma a aumentar a resolutividade dos serviços com menores deslocamentos da população.
- Potencializar a cadeia de turismo nas áreas litorâneas e serrana.
- Ampliar e fortalecer as produções agrícola e pecuária fluminenses, com especial atenção para a agricultura familiar na região Serrana.
- Construir estratégias de segurança pública centradas nos desafios das diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro.
- Desenvolver estratégias integradoras de mobilidade urbana, metropolitana e regional, a partir do melhoramento das rodovias estaduais.

2.2 RECUPERAÇÃO FINANCEIRA, MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E INTEGRIDADE PÚBLICA

RECUPERAÇÃO FINANCEIRA

- Superar o resultado financeiro previsto nos cenários do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), viabilizando a retomada gradativa dos investimentos, a adequada prestação de serviços públicos e a regularização dos pagamentos junto aos servidores públicos e aos fornecedores.
- Rever detalhadamente as despesas de pessoal (ativos e inativos) para combater os privilégios e manter com regularidade todos os compromissos com a massa do funcionalismo.
- Aumentar as receitas próprias e combater a sonegação, mediante uma reformulação profunda dos processos, sistemas, controles e mecanismos de incentivos à produtividade dos fiscais.
- Rever completamente os benefícios fiscais concedidos e reavaliá-los em termos de resultado de geração de emprego, renda e impostos. Adequá-los às regras fiscais, com prazo determinado e absoluta transparência, visando o respeito ao equilíbrio fiscal e a repercussão no crescimento das cadeias produtivas.
- Implementar o **Programa Rio Facilita**, programa radical de desburocratização e de simplificação de processos administrativos, a partir de um cadastro único online, automatização e centralização de etapas. O programa irá unificar as demandas documentais para abertura em uma mesma plataforma, ampliando o atual sistema de registro integrado (REGIN) substituindo os processos físicos por certificações digitais com economia de tempo e de recursos para o cidadão e para o contribuinte e respeito ao meio ambiente.
- Fazer uma ampla auditoria acerca das obrigações fiscais da Petrobras com o Estado nos últimos anos – há espaço para aumentar em cerca de R\$ 2 bilhões por ano as receitas fiscais advindas de impostos pagos pela empresa para o estado do Rio.
- Viabilizar investimentos estratégicos, como nos setores de transporte e saneamento, por meio da atração de concessões e parcerias público privadas sob liderança pública e a obtenção de saldos financeiros mediante uma reforma administrativa na máquina do estado.
- Participar ativamente da articulação de questões federativas de equilíbrio fiscal, como as discussões das reformas fiscais (tributária, previdenciária, e recuperação fiscal de Estados e

Municípios), incluindo a arrecadação advinda do petróleo e a sustentabilidade fiscal das prefeituras.

- Incorporar uma nova visão de desenvolvimento econômico no estado para garantir o equilíbrio das contas públicas no longo prazo – é preciso ampliar as fontes de receitas a partir de um plano de interiorização e de diversificação das atividades produtivas, para reduzir a dependência das receitas advindas da indústria do petróleo.
- Trabalhar pela criação de um Fundo de Royalties e Participação Especial que garanta uma reserva de amortecimento em relação à flutuação dos preços do petróleo e o impacto na arrecadação dos Estados e Municípios, com foco em projetos de investimento, inovação e pesquisa e desenvolvimento e não em gastos correntes;

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

- Implementar uma Gestão de Alto Desempenho no Estado, a partir de um amplo sistema de meritocracia, baseado em um plano estratégico estadual amplamente discutido com a sociedade no primeiro ano de governo, com a fixação de metas de resultado e remuneração por performance na medida que a situação fiscal permitir.
- Rever a estrutura administrativa, em busca de um aumento da produtividade do serviço público estadual por meio de uma cultura baseada na meritocracia, na racionalização da estrutura organizacional e na redução de cargos políticos, na simplificação de processos internos para aumentar a agilidade e qualidade da entrega dos serviços para o cidadão.
- Promover a digitalização acelerada dos processos e serviços públicos do Estado do Rio de Janeiro, como forma de melhor atender aos cidadãos com agilidade e menos burocracia.
- Ampliar as ações de valorização e de capacitação dos servidores públicos estaduais, como o Programa “Líderes Fluminenses” com o objetivo de promover a formação e capacitação dos servidores, para que esses prepará-los a ocupar cargos diretivos e estratégicos na administração e garantir a continuidade das políticas públicas.
- Promover total transparência dos critérios de seleção para os ocupantes dos cargos comissionados.

INTEGRIDADE PÚBLICA E TRANSPARÊNCIA

- Estabelecer uma nova governança ética e de conduta no Governo do Estado e uma cultura de integridade na administração estadual centrada no interesse público, entre agentes públicos e servidores, e que estabeleça critérios claros e transparentes, determine responsabilidades e promova uma efetiva fiscalização e acompanhamento pela sociedade.
- Aprovar legislação para acelerar a devolução dos recursos que foram desviados dos cofres públicos com a inclusão de multas que pelo menos, dupliquem o valor do dano causado ao erário e responsabilização de agentes públicos em caso de improbidade ou desvios de conduta.
- Adotar, de forma imediata, medidas de aperfeiçoamento institucional para coibir a corrupção e estabelecer novos padrões éticos na administração estadual baseado nas melhores práticas internacionais.
- Ampliar a transparência para a sociedade a partir da abertura de dados e de informações a outros órgãos do poder público e a instituições da sociedade civil e criar imediatamente uma plataforma digital de dados abertos com arquivos e informações de todos os órgãos do Estado.
- Criar a Secretaria de Integridade Pública dedicada a estabelecer um amplo programa de Integridade Pública e as melhores práticas internacionais de governança, controle e *accountability*.
- Fortalecer as controladorias e os mecanismos de controle interno e externo, com recursos financeiros e independência administrativa e pessoal com carreira específica, para atuar de forma mais eficaz na prevenção à corrupção na máquina pública estadual.
- Utilizar modernas tecnologias de análise de dados e de processos para ampliar a eficácia das atividades de fiscalização e monitoramento, a partir de softwares especializados, do uso da inteligência artificial e de uma base de dados ampla e consistente para vasculhar identificar focos de problemas.
- Aprovar legislação para estabelecer mecanismos para facilitar e promover denúncias de enriquecimento ilícito de agentes públicos, incluindo o estabelecimento de recompensas financeiras para as pessoas que fizerem denúncias de boa-fé que se comprovarem pertinentes pela justiça.
- Implementar o Programa Olho Vivo, para estabelecer medidas de proteção ao denunciante de boa fé, com direito à preservação da identidade, proteção policial e até transferência de atividade ou de local de trabalho.
- Aprovar legislação e estabelecer mecanismos que permitam a realização de testes de integridade que selecionem servidores para serem colocados, com a anuência e

a autorização prévia do Ministério Público e do Poder Judiciário, em situações simuladas que possam determinar práticas de corrupção e de desvios de conduta.

- Criar um programa de Prevenção de Corrupção nos Municípios do Estado do Rio para disseminar a cultura de integridade e ética pública e elevar a transparência, os critérios de conduta e o estabelecimento de mecanismos anti-corrupção.
- Implantar a “Plataforma Compras Rio”, um portal digital unificado de compras públicas, unificando municípios e governo estadual, de forma a garantir integridade, transparência e eficiência nas contratações públicas. Busca unificar e padronizar os processos de licitação e centralizar a controle social das compras públicas, com uma base unificada de notas fiscais e documentos.
- Ampliar as consultas populares às decisões do governo e estabelecer um convênio estruturado com o Ministério Público e instituições independentes como a Transparência Internacional, para melhorar os níveis de transparência das informações e das ações do governo do estado.
- Criar as “Ágoras Fluminenses”, com o objetivo de introduzir novas formas de participação à gestão estadual. O Governo vai implementar o seu próprio Laboratório Estadual de Participação Pública, criando e coordenando espaços de cidadania e engajamento público em todas as regiões do Estado em parceria com organizações não governamentais (ONGs).